

O nacional e o global

Afinal, a globalização é o carrasco da identidade nacional?

ANTÔNIO SAMPAIO, ANA RITA MARTINS E MARINA MARUJO



O discurso predominante na era da globalização é o de que a integração global seria um fenômeno irreversível, uma força que derruba barreiras e aproxima pessoas. Um dos efeitos disso seria o enfraquecimento do Estado. Mas, basta uma passada pelo noticiário internacional dos jornais para perceber que há algo que não se encaixa nessa premissa.

O fluxo de pessoas, produtos, informação e, principalmente, capital, aumentou de forma exponencial na última metade do século XX. Para se ter uma idéia, em 1947 o volume de comércio internacional atingiu US\$ 48 bilhões. Cinquenta anos depois, em 1997, o volume era mais de cem vezes maior, somando US\$ 5,15 trilhões. A movimentação de pessoas é igualmente impressionante. Segundo dados da *World Economic and Social Survey* de 2004, uma em cada 35 pessoas no mundo vive fora do país de origem, o que corresponde a 2,9% da população global.

Ao mesmo tempo, aumentaram os conflitos regionais por território e as guerras civis por questões étnicas e religiosas. A Rússia se depara com separatistas em diversas províncias do sul,

especialmente na Chechênia; a antiga Iugoslávia foi dilacerada nos anos 1990 por movimentos separatistas nas diversas províncias; o movimento separatista basco, na Espanha, insiste em manter uma sangrenta campanha terrorista. Da mesma forma, inúmeros países africanos, assim como as Filipinas, a Indonésia e a China, entre outros, têm seus próprios problemas separatistas. O problema da Cachemira, disputada entre a Índia e o Paquistão, traz uma estranha lembrança da época em que o mundo respirava a ameaça da destruição nuclear; e o conflito entre palestinos e israelenses mostra a resistência aos repetidos esforços internacionais pela paz.

“A identidade nacional será mais uma entre tantas identidades coletivas”

João Pontes Nogueira

A análise desses aspectos conflitantes mostra que algo não está funcionando na integração global. O estudioso de Relações Internacionais Stephen Krasner coloca um pé no freio da histeria em torno da globalização. Em



Assembléia da ONU

um artigo intitulado “*Sovereignty*” (Soberania), ele argumenta que essa integração não é nenhuma novidade, e que a chegada da internet em nada se compara com o impacto da invenção da prensa na Idade Média. Além disso, o fluxo global de comércio já estava no auge desde 1929, quando os EUA foram vítimas da quebra da Bolsa de Valores.

A particularidade deste começo de século é que se tornou mais difícil para os Estados controlarem as movimentações através das fronteiras. Enquanto abre mão desse importante atributo, o Estado passa a exercer outras funções. Hoje, a soberania dos Estados significa mais a autonomia para escolher seus próprios mecanismos políticos e econômicos, do que um controle efetivo sobre os cidadãos. “A tendência é que outros agentes e instituições passem a ser concorrentes do Estado no provimento de certos bens e serviços e na produção de



Soldados russos invadindo campos na Chechênia

lealdades”, diz o professor do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI) João Pontes Nogueira. “Cidadania” pode ter sido a palavra de ordem até o século XX, mas hoje a tendência é ver os países brigando por turistas e trabalhadores qualificados: “A identidade nacional, neste contexto, será mais uma entre tantas identidades coletivas”, completa Nogueira.

Mas isso está longe de ser um fator de declínio do Estado – tanto menos da identidade nacional. A União Européia era considerada um modelo de integração regional, que colocava em dúvida o futuro dos próprios países como entidades autônomas. O bloco parecia, em alguns momentos, um espelho do que outros, como o Mercosul e o Nafta, poderiam se tornar no futuro com uma união política, além de econômica. Mas, quando o primeiro projeto de Constituição do bloco europeu foi rejeitado por alguns países, entre eles a França, membro fundador, a conversa mudou.

Krasner diz que a União Européia foi resultado de um contexto muito específico: o plano de reconstrução do continente financiado pelos EUA, chamado de Plano Marshall, e a Guerra Fria,

durante a qual era interessante para o bloco capitalista ter uma entidade politicamente forte para barrar a União Soviética e o comunismo. Desse modo, seria muito complicado que esse modelo se espalhasse.

De fato, se o processo de sinergia entre um bloco mais ou menos homogêneo, em termos de nível de vida da população, é complicado, para países em desenvolvimento, com crises intermináveis e fortes desigualdades sociais internas, a tarefa é duvidosa. Na verdade, o “bloco” do hemisfério sul, como muitas vezes esses países são chamados, mostrou-se desprovido de qualquer poder de união na hora de resolver problemas em comum. “Nem mesmo um conjunto de temas importantes para os países mais pobres, como as Metas do Milênio da ONU, consegue mobilizá-los num esforço conjunto, muito menos produzir uma identidade comum”, diz Nogueira. O pouco eco obtido pelo Brasil em suas propostas de criação de um fundo internacional de combate à fome é exemplo disso.

De certa forma, a oposição entre o eixo de países do sul e do norte permanece no foco da política externa brasileira. E, cada vez mais, esse conjunto de países, unidos no G-20, torna-se um ator relevante nas negociações comerciais com os países desenvolvidos. Mas não vai muito além disso: “A oposição aos países mais ricos é organizada pelos países de economias maiores e mais complexas. Os menos desenvolvidos têm pouca voz no processo e muitas vezes não se



Sede da OMC em Genebra

vêm representados entre os membros do G-20, por exemplo”, afirma o professor do IRI.

A união para enfrentar os efeitos da globalização, no âmbito da Organização Mundial do Comércio, foi a solução encontrada pelos países em desenvolvimento, mas passa longe de um processo de aproximação das identidades desses países: “A primeira crise de petróleo deixou patente que não existe uma agenda comum aos países do terceiro mundo”, diz o também professor do IRI Nizar Messari.

O fluxo de informações, pessoas e produtos tornou a identidade nacional um conceito mais flexível. Um japonês pode comprar as roupas usadas pela cantora Britney Spears e comer no McDonald's, assim como qualquer criança ocidental pode assistir aos episódios de Pokémon. “Essas duas forças (a globalização e a identidade nacional) convivem no mesmo espaço e no mesmo tempo, e sua tendência, em muitos casos, é gerar misturas e hibridismos”, diz Maurício Parada, professor de História Contemporânea da PUC-Rio, que completa: “Em alguns casos, isso não é possível, é verdade, mas o complexo universo da metrópole – cenário desse encontro entre o

local e o global – mostra, diariamente, as diversas possibilidades de interação entre o universal e o singular nacional”.

No entanto, como mostra a falta de mobilização do mundo em desenvolvimento e a sobrevivência dos conflitos locais, essa integração não passou de um nível mais superficial.

Anti-americanismo e mundo árabe

A cultura foi talvez a área mais atingida pela globalização. O acesso à informação não conhece mais barreiras geográficas e o modelo capitalista de produção e circulação de mercadorias se estabeleceu com pé firme pelos quatro cantos do mundo. Um evento de moda, por exemplo, é uma experiência muito parecida tanto para um brasileiro na São Paulo Fashion Week quanto para um japonês em Tóquio.

No mesmo “pacote” da cultura globalizada vem o fenômeno do terrorismo e a oposição às políticas adotadas pelos Estados Unidos. A bandeira anti-americana, mais do que qualquer outra, serve hoje como símbolo para um grupo heterogêneo de movimentos sociais representados no Fórum Social Mundial, além de ser o discurso principal das organizações terroristas islâmicas.

No caso do Oriente Médio, segundo o professor Nizar Messari, a oposição se dá estritamente por motivos políticos, ligados ao apoio dado por este país a Israel: “Não podemos esquecer que vários governos do Oriente Médio são aliados dos EUA (Egito, Jordânia, Arábia Saudita, Iraque)

e que os povos do Oriente Médio querem imigrar maciçamente para lá”, argumenta.

No Oriente Médio, falar em união é tocar em um ponto delicado, já que muitos árabes criticam os países que apoiaram os EUA na guerra contra o Iraque, como Arábia Saudita e Qatar: “Não existe na pauta política do mundo árabe nada que se pareça com alguma união. Os árabes continuam divididos como sempre estiveram”, lembra Messari.

Quando os escombros do World Trade Center ainda estavam sendo recolhidos, o debate sobre os motivos do ataque, inevitavelmente, trouxe à tona os argumentos de Samuel Huntington. Esse especialista das Relações Internacionais renovou a tese sobre a oposição entre Ocidente e Oriente no livro *O choque das civilizações*. Ele argumenta que o conflito entre as civilizações, entre os valores culturais antagônicos, é uma tendência daqui para frente. A idéia provocou muita polêmica e entrou em choque com aqueles que defendiam a oposição norte-sul como a marca dos tempos de globalização.

O “choque das civilizações” seria uma forma de explicar o terrorismo, e talvez até o anti-americanismo. Mas as raízes históricas do ódio aos EUA também são explicações bem eficientes – e não faltam argumentos. Começando pelo apoio dado aos regimes autoritários, em troca de favores na época da Guerra Fria e terminando no papel que os EUA assumiram de maior apoiador do governo israelense.



Contra o choque de civilizações

Assim como o mundo árabe – ou qualquer região do “mundo oriental” – não possui uma identidade comum capaz de explicar um fenômeno tão complexo como o terrorismo, a definição também fica capenga no caso de uma divisão entre hemisférios norte e sul. “A noção de choque de civilizações é pouco adequada, pois sugere uma divisão do mundo em zonas culturais homogêneas que competiriam segundo projetos e interesses definidos”, critica Nogueira.

A mudança tênue defendida por Stephen Krasner – no caso do Estado – parece se aplicar também à discussão sobre a identidade nacional. Hoje, ela é uma idéia emancipada do Estado, permitindo às pessoas liberdade para escolherem religião, nacionalidade, orientação sexual, estilo de vida, além da cor do celular. Ao mesmo tempo, ela ainda está longe de ser um conceito “globalizado”. A identidade nacional permanece repleta de divisões, movidas pelas particularidades dos diversos atores sociais e políticos. “O que vemos sim, é um embate importante em torno do padrão desigual do processo de globalização, envolvendo tensões que atravessam países e regiões no norte e no sul”, resume o professor João Pontes Nogueira.

Identidade nacional brasileira na era da globalização

Identidade pressupõe cultura nacional socializada – a articulação entre a cultura geral e a realidade social profunda. A busca de definição de um projeto nacional, a construção da democracia e do desenvolvimento econômico e social estão ligados à reflexão sobre nossa identidade cultural.

Um dos requisitos da identidade nacional é a homogeneidade étnica e cultural. O historiador Carlos Guilherme Mota, em artigo do livro *Um banquete nos trópicos*, defende que, na sua origem, todos os povos, sem exceção, são multirraciais e multiculturais. “Em países novos, como o Brasil, fica fácil perceber isso. Mas outro tanto sucedeu na Grécia, em Roma e nos países da Velha Europa, que, na Idade Média, eram verdadeiros *melting pots*, cadinhos raciais e culturais dos quais se originaram os povos europeus modernos, o francês, o inglês, o italiano, o espanhol, o português. Não há como negar: na origem, somos todos mulatos”.

A cultura brasileira é construída em torno desse paradigma da junção de várias raças. A relativa integração étnica e cultural consolidou-se por obra

dos grandes Estados nacionais, na medida em que promoveram e facilitaram a vida em comum dos grupos de diversas etnias e condições. A chamada “identidade nacional” é sempre uma construção social na base e política na cúpula. Sem a participação do Estado, não haveria língua comum, direito e economia comuns, usos e religião comuns.

A identidade cultural está entranhada na sociedade, enquanto a identidade nacional é política – está relacionada com a capacidade de suas elites, mais do que de seu povo, terem um conceito de nação. O filósofo francês Ernest Renan disse que “a nação é uma construção de todos os dias”. É uma construção coletiva a partir de uma identidade nacional.

O Estado nacional brasileiro se impôs a partir dos anos 1930. O Brasil evoluiu para exacerbação do nacionalismo econômico com a Constituição de 1988 e partiu em direção ao Estado Social de corte europeu. O Estado logo entrou em crise de governança. Em 1964, perdemos a democracia, depois, a partir da década de 1980, os brasileiros viram a economia estancar e a renda estagnar. O estancamento da economia, que se originou no

endividamento externo dos anos 1970, ocorreu ao mesmo tempo em que a globalização se acelerava em todo mundo e as elites nacionais dos países em desenvolvimento eram objeto de poderosa onda ideológica globalista.

Alguns dos temas que assustam a cultura brasileira ultimamente estão relacionados à globalização. A presente etapa desse fenômeno do capitalismo de mercado fortalece e promove o ideário liberal. Sua maior implicação política é a emergência de uma nova relação de forças que vem favorecendo o capital mundializado em detrimento do poder dos estados nacionais.

O sociólogo Renato Ortiz acredita que o mundo atu-

al é hierarquizado e desigual e não se organiza a partir de nenhum centro. Tanto a globalização material – mercado e tecnologia – quanto a mundialização da cultura incidem diretamente na constituição do Estado-nação. Neste sentido, a discussão sobre identidade nacional mudou radicalmente. “Já não é mais possível falarmos da soberania, da autonomia, de cada identidade, no mundo contemporâneo ela é concorrenciada pelas identidades e diferenças internas de cada país, e pelas identidades mundializadas”.

Segundo o sociólogo, o Brasil não escapa deste quadro de organização social e de conflito de interesses. As produções e expressões culturais que surgirem ao longo da história brasileira serão desafiadas por essa nova forma de mundo.

